

Editorial

O JOGO
ESTÁ FEITO

A esta altura, começa a parecer que não foi uma boa decisão a que tomou o governo brasileiro ao propor a candidatura do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014. O governo vai precisar de todas as energias para reeleger a presidente Dilma Rousseff e a Copa pode ser um fator de dispersão.

Como afirmou um analista, a Copa que o governo queria não vai se realizar. Tudo o que foi planejado como legado do Mundial ficou pelas metades. Difícil prever o que vai acontecer porque a população está muito mais consciente do que em junho do ano passado, quando houve as manifestações.

Desde então, cresceu o movimento dos que são contra, que proclamam “Não vai ter Copa”. A bola vai rolar dentro dos campos, mas sob o maior esquema de segurança. As polícias e a Defesa estão se preparando para o enfrentamento do que as autoridades chamam de “forças opostas”.

A Copa expôs as contradições do país. Quando foi decidida, em 2008, a competição tinha o apoio de 79% da população. Em 2013, esse apoio tinha caído para 52%. Nesse tempo, emergiram os contrastes de um país que resiste a perder seu aspecto de Belíndia, na concepção do economista Edmar Bacha.

Embora incompletos, os investimentos feitos para a Copa, por imposição da Fifa, expuseram a situação crítica de educação, saúde, segurança e transporte, áreas em que margeamos o caos. Mais: a Copa gerou problemas sociais, como os despejos para a construção de estádios, e vai acirrar o tráfico de pessoas.

Claro, a competição terá efeitos positivos. O nível de emprego cresceu antes, e vai crescer mais. As cidades-sede tiveram ganhos na mobilidade e no turismo, com melhorias no transporte terrestre e aéreo e no equipamento hoteleiro. Por sua vez, a indústria e o comércio alimentam as maiores expectativas.

Os dados estão lançados. Tudo pode acontecer se o Brasil ganhar a Copa. E também se perdê-la.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães
DIRETOR FINANCEIRO Marcos de Oliveira e Souza

GERENTE COMERCIAL
Fabiano Guerra

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING
Alessandra Soares

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

GERENTE DE ASSINATURAS
Maria Beatriz Braga Rocha

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida

Economia: Karlon Aredes

Política: Carla Kreeft

Magazine: Silvana Mascagna

Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla

Esportes: Denner Taylor

Cidades: Marina Schettini

Primeira: Frederico Duboc

Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke



www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

O parto roubado é um conceito
político de resistência

Cesariana salva vidas, mas seu abuso viola direitos humanos

O parto é um evento e uma construção social. Parir é ato fisiológico que pertence à mulher. Não é um ato médico ou de obstetriz. O parto é cercado de ritos, rituais e crendices, conforme a cultura. “Assistir ao parto” é respeitar a sua natureza biológica, social, cultural e espiritual. As parteiras tradicionais, sabiamente, não dizem que “fazem parto”, mas que “assistem a parto”. Notaram a diferença?

A assistência ao parto tem recebido influências culturais diversas e incorporado procedimentos tecnológicos invasivos ou não, aspectos patentes de medicalização, e uma gama de intervenções/controles externos. Não esquecendo que a medicalização é um poder político, há: 1) parto sem tecnologias invasivas; e 2) parto medicalizado: com ou sem hospitalização e com ou sem uso de tecnologias invasivas (drogas e outros procedimentos).

Parto normal não é sinônimo de parto desmedicalizado. Parto domiciliar nem sempre é sinônimo de parto normal. É senso comum que, em trabalho de parto, temos uma “mulher em sofrimento” e as pressões sociais, psicológicas e culturais da dor e do sofrimento favorecem a medicalização.

Assistir ao parto exige competência técnica, humanística e ética. Vale para obstetras, obstetras e parteiras tradicionais, igualmente. Independentemente da cultura, e em respeito a cada cultura, a exigência ética geral relativa ao parto consiste em acolher a sua natureza fisiológica e combater a violência institucional e profissional. Cesariana salva vida, mas a indicação abusiva viola direitos humanos, violenta e mata!

O Brasil exibe 55% de cesáreas, quando a OMS recomenda até 15%; na rede privada são 84%. Logo, a maioria delas integra o altar dos partos roubados – aqueles em que o poder médico, a arrogância e a preguiça médicas não permitiram que acontecessem por via vaginal, naturalmente. Se há uma profissão que não combina com preguiça é a medicina! Cesáreas desnecessárias revelam uma única coisa: preguiça de assistir a partos!

O preâmbulo é uma tentativa de entender o acontecido em Torres (RS), na

A exigência ética geral relativa ao parto consiste em acolher sua natureza fisiológica e combater a violência institucional e profissional

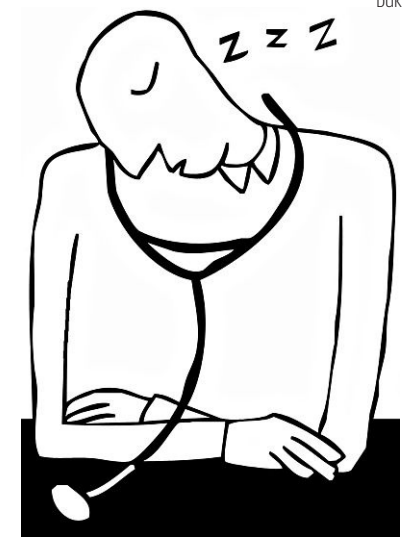
madrugada do último dia 1º, com o casal Adelir Carmen Lemos de Góes e Emerson Lovari, com um filho de 7 anos e uma filha de 2 anos, nascidos via cesarianas, que desejava que o terceiro parto fosse natural, mas foram intimados (com ordem judicial, aparato policial e o escambau!) a retornar ao Hospital Nossa Senhora dos Navegantes. Ordem judicial não se discute: cumpre-se, mesmo com indícios de violação aos direitos reprodutivos, que integram os direitos humanos, como aparenta ser o caso de Torres!

Havia uma indicação médica de cesariana, quando Adelir, com 42 semanas de gravidez, esteve no hospital, dia 31

passado, com lombalgia e dores no baixo ventre, e recusou a cesariana, assinando desistência. A maternidade apresentou denúncia ao Ministério Público.

Acionado, o promotor Octavio Noronha, de posse exclusivamente de dados fornecidos pela maternidade (feto em posição podálica – em pé no útero; gestação avançada, na 42ª semana; gestante com duas cesarianas prévias) e imbuído da compreensão leiga de que medicina é matemática, em que 2+2 dá sempre 4 – há outras opiniões médicas que desconsideram os dados como indicação de cesárea –, acionou a Justiça por medidas protetivas da gestante e do feto e antecipação de tutela. Adelir foi escoltada por nove policiais para a maternidade. Nasceu Yuja, de cesariana!

A judicialização da atenção obstétrica e neonatal está na praça. O que fazer? Prontuário médico fala, deve ser periciado com rigor!



DUKE